



Conselho de Administração

1531-A

Exmo. Senhor
Dr. José de Matos Correia
Presidente da Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicações
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Lisboa, 29 de Outubro de 2010

ASSUNTO: Petição relativa ao Metro do Mondego

Acusando a recepção do Vosso ofício nº 245, de 22 de Outubro de 2010, que mereceu a nossa melhor atenção, informamos:

1. Investimento e obras realizadas até ao momento

Está neste momento em desenvolvimento a 1ª fase do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), com o envolvimento da Metro Mondego, enquanto concessionária e responsável pela coordenação global do processo, assumindo-se a REFER e a CP como entidades executadores ou donos de obra.

No âmbito do protocolo celebrado com a Metro Mondego em 14 de Abril de 2009, a REFER é responsável pelas obras de reabilitação do Ramal da Lousã, tendo sido autorizado através de Despacho Conjunto SET e SETF, de 11 de Março de 2009, um investimento no montante de 192 milhões de euros.

Para a realização do empreendimento estão em desenvolvimento estudos e projectos, bem como expropriações de terrenos no montante estimado de 30,9 milhões de euros.

Actualmente decorrem as empreitadas de reabilitação das infra-estruturas do troço Miranda do Corvo / Serpins (16,4 km) e do troço Alto S. João / Miranda do Corvo (14,3 km), com um valor de adjudicação de 22,7 e 29,0 milhões de euros, respectivamente, aos quais acrescem os custos de gestão e fiscalização e materiais de via, no montante 13,6 milhões de euros.

2. Investimentos a realizar e respectiva programação

Tendo presente a actual conjuntura económica desfavorável, a REFER, por determinação do Despacho SET, de 5 de Maio de 2010, procedeu à revisão do seu plano de investimentos para o período 2010-2015, privilegiando investimentos que garantam a manutenção de adequados níveis de segurança e operacionalidade da rede.

Acresce que o Plano de Estabilidade e Crescimento fixa um limite máximo para o crescimento anual do endividamento das empresas públicas não financeiras de modo a atingir um nível de 4% em 2013.

Neste quadro, e tendo em conta que o volume financeiro deste empreendimento (metro ligeiro de superfície) absorve uma parte significativa da capacidade de endividamento da empresa, a REFER solicitou orientações à Tutela no que diz respeito ao futuro desenvolvimento do projecto.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração



Luís Filipe Pardal